



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007838-40.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **ESTER MARIA CIPRIANO MANIERI**
 Requerido: **BANCO DO BRASIL S.A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que em virtude de dificuldades financeiras não conseguiu pagar uma dívida perante o réu oriunda da utilização de cartão de crédito, mas depois celebrou acordo para tanto.

Alegou ainda que esse acordo foi rompido porque deixou de receber os boletos a ele inerentes, não tendo conseguido resolver a pendência não obstante as tentativa que levou a cabo para tanto.

Salientou também que acabou negativada pelo réu em decorrência daquela dívida.

A preliminar de ilegitimidade passiva ad causam arguida em contestação não merece acolhimento.

Como assinalado a fls. 108/109, a possibilidade do réu figurar no polo passivo da relação processual deriva da negatização da autora pelo mesmo promovida, tal como se vê a fls. 35/36.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

É relevante notar que a discussão posta nos autos não diz respeito à cessão do crédito implementada pelo réu e sim sobre a inserção da autora junto a órgãos de proteção ao crédito ter-se implementado de forma ilegítima.

Rejeito a prejudicial suscitada, pois, ressalvando que a inépcia do pleito para ressarcimento dos danos morais encerra matéria de mérito que como tal será analisada.

No mais, observo que o réu em momento algum refutou específica e concretamente as alegações expendidas pela autora na petição inicial relativamente à descontinuidade do acordo cristalizado no termo de fls. 15/17.

Pelo que se pode apurar, essa transação foi firmada a propósito do débito da autora decorrente da utilização de seu cartão de crédito.

Há a fl. 15 referência que leva a tal conclusão ("Produto – Ourocard Visa"), inclusive em consonância com os documentos de fls. 35/36 (contrato nº 2083920).

Em consequência, conclui-se que a responsabilidade pelo rompimento do contrato não foi da autora e sim da empresa que o intermediou porque não remeteu os boletos pertinentes a partir da parcela nº 14.

Ainda sobre essa questão, observo que o réu foi instado a espancar dúvidas sobre quem teria deixado de proceder ao encaminhamento dos boletos (fl. 108/109, item 1), mas deixou de fazê-lo tempestivamente.

Como se não bastasse, manifestou-se a respeito do assunto somente a fl. 126, mas apresentou documento que não atendeu aquela determinação (a declaração de fl. 127 alude à data da cessão como 07/11/2014, ao passo que os fatos trazidos à colação promanam de cessão havida muito tempo antes).

Nem se diga, outrossim, que diante do quadro delineado não se poderia imputar ao réu a responsabilidade por ato de terceiro, isto é, a empresa que realizou o acordo de fls. 15/17.

Na verdade, sua ligação com a ocorrência subsistiu mesmo após a cessão verificada porque foi ele quem negativamente a autora.

Por outras palavras, a partir do momento em que o réu tomou a iniciativa de inscrever a autora perante órgãos de proteção ao crédito por dívida certa chamou para si a responsabilidade pela legitimidade desse ato, mesmo que houvesse cedido o crédito a outrem.

Diversa seria a alternativa se ele examinasse de um lado o que efetivamente teria acontecido na hipótese (o que não ocorreu porque nenhuma explicação foi oferecida para contrapor-se à versão da autora quando ao descumprimento do acordo firmado), bem como, de outro, se não tivesse feito a negativação da autora.

É por tudo isso que se tem por evidenciada a responsabilidade do réu.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Em consequência, é de rigor que o acordo de fls. 15/17 seja implementado nos termos em que concebido, sendo inexigível que a autora respondesse por encargos a que não deu causa.

Já com relação ao ressarcimento dos danos morais, tenho-o como cabível.

A falta de lastro à negativação da autora restou positivada porque, como assinalado, não foi dela a culpa pelo rompimento do ajuste que lhe deu ensejo.

Poder-se-ia, é certo, argumentar que a autora ostenta outras negativações (fls. 42/45 e 75/76), de sorte que não faria jus à indenização postulada a tal título (Súmula nº 385 do STJ), mas o que lhe confere o direito a isso não é propriamente a inserção destacada na petição inicial e sim o comportamento reiterado do réu em causar-lhe perturbação de vulto que foi muito além dos dissabores inerentes à vida cotidiana.

Nesse contexto, consta dos autos que por três vezes este Juízo foi chamado a determinar que a mesma negativação realizada pelo réu fosse excluída, sempre a partir do contrato nº 2083920 (fls. 37, 98 e 122).

Nada pode justificar tal conduta, geradora à evidência de danos morais passíveis de ressarcimento.

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pela autora, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida à autora em R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Por fim, e como forma de dirimir por completo o litígio entre as partes, tomo desde já a iniciativa de realizar a compensação entre os valores constantes dos autos.

Como a dívida da autora era de R\$ 2.150,50 ela fará jus a receber do réu a quantia de R\$ 5.849,50, dando-se aquela por quitada.

Realço, por oportuno, que essa solução se enquadra no âmbito próprio de atuação do Juizado Especial Cível (art. 6º da Lei nº 9.099/95), não assumindo maior relevância a eventual correção dos valores destacados.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar o réu a pagar à autora a quantia de R\$ 5.849,50, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Na forma constante da fundamentação da presente, dou por quitada a dívida da autora tratada nos autos, relativa ao contrato nº 2083920.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Caso o réu não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Torno definitivas as decisões de fls. 37, 98 e 122.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 28 de abril de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**